

A ESTRUTURA DA INDÚSTRIA RIOGRANDENSE NOS INÍCIOS DA DÉCADA DE TRINTA

*Helôisa Jochims Reichelt **

A crise de 1929, no plano econômico, e a revolução de 1930, no plano político, possibilitaram a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico ao Brasil.

Aos poucos, o desenvolvimento da indústria nacional e a centralização da circulação dessa produção no mercado interno brasileiro passaram a ser os principais responsáveis pela nova realidade não só da economia, mas também da sociedade, da política e da ideologia brasileiras.

O presente trabalho visa avaliar o nível de desenvolvimento do setor industrial gaúcho por ocasião do irromper da Revolução e quais as condições que apresentava para aproveitar as mudanças ocorridas no rumo da economia nacional. Também identificar em que medida pode ele contribuir e participar no processo de transição econômica ocorrido durante os anos da década de trinta.

Tomando como referência os dados relacionados nos levantamentos estatísticos do final da década de vinte, pode-se concluir que a estrutura industrial permaneceu praticamente inalterada desde o surgimento do setor na economia do Estado, até o momento da Revolução. Assim quantitativamente continuavam a predominar as pequenas indústrias compostas por baixo volume de capital e produzindo muito próximo do nível artesanal. Também verifica-se que se mantiveram os mesmos ramos industriais na pauta da produção industrial gaúcha, ramos estes característicos de uma indústria de bens de consumo tradicionais e que utilizavam preferentemente a matéria prima produzida no Rio Grande do Sul. Sob este aspecto, deve-se destacar o crescimento do ramo de alimentação e bebidas que, ao longo dos anos vinte, passou a liderar o setor, suplantando, assim, o têxtil. Este fato se deveu a dois fatores principalmente. Primeiro, devido à instalação de indústrias estrangeiras que passaram a produzir carnes frigorificadas e derivados enlatados. Estas indústrias estavam dotadas de melhor nível tecnológico fazendo com que, no cômputo geral, se alterassem os dados estruturais do ramo de alimentação, principalmente naqueles demonstrativos dos índices de produtividade. O segundo fator que contribuiu para que o ramo de alimentação e bebidas passasse a liderar o setor secundário se constituiu no fato da economia gaúcha se definir cada vez mais como agrária, surgindo assim um protecionismo natural às indústrias que utilizavam matérias primas produzidas no próprio Estado. Para comprovar o que foi dito, toma-se os

dados da Estatística Industrial do ano de 1928, publicados no Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. Neles, as indústrias de alimentação apresentam 59.389:100\$ de capital empregado e uma produção cujo valor alcançava 208.961:129\$, enquanto que o ramo têxtil possuía um capital de 33.214:800\$ e sua produção alcançava o valor de 51.528:714\$.

Comparando-se o Rio Grande do Sul com o resto do País pode-se concluir que o Estado acompanhou o desenvolvimento industrial brasileiro no que tange aos principais setores produtivos até o irromper da Revolução.

A indústria nacional também se caracterizava por produzir artigos de primeira necessidade como bebidas, calçados, tecidos, fumo e outros.

Entretanto, no confronto com São Paulo, verifica-se que a produção gaúcha apresentava uma defasagem cada vez maior, tanto em termos de volume quanto de valor. Estes aspectos são importantes de considerar, na medida em que, é ao longo da República Velha, e na medida direta de seus lucros, que o setor industrial gera as condições próprias de acumular capital, de promover seu auto-desenvolvimento e de sair da órbita dos setores agrícolas e comerciais.

A maior produção, aliada às condições de mercado, foram indispensáveis na determinação das possibilidades de empresa reproduzir capital e alterar o seu tamanho e a sua estrutura. Considerando a importância que o valor da produção assumia, às vésperas de evento de 1930, para permitir um real processo de industrialização, é que assumem destaque dados como este: em 1929, a produção industrial de São Paulo chegava a 1.537.347\$ enquanto que a do Rio Grande do Sul alcançava apenas 344.095\$. (1).

Ao se analisar outras variáveis importantes para a determinação da estrutura de empresas industriais do Rio Grande do Sul: força motriz empregada e o número médio de operários de cada empresa, percebe-se que, também sob estes aspectos, a situação é semelhante à verificada no que diz respeito ao volume e ao valor da produção.

Nos inícios dos anos trinta, em relação à força motriz, os números constam que, enquanto São Paulo possuía 134 usinas geradoras de energia, sendo 113 hidráulicas, o Rio Grande do Sul, possuía 125, sendo que 84 eram ainda térmicas.

Devido a isso, a potência dos motores em São Paulo alcançava cerca de 418.000 HP enquanto que no Estado gaúcho apenas superava a marca dos 50.000 HP. (2).

O mesmo pode-se dizer em relação ao número de empregados de cada estabelecimento. Enquanto São Paulo possuía 1520 empresas que ocupavam mais do que 12 operários, dentre um total de 16.837 estabelecimentos (cerca de 10%) no Rio Grande do Sul, apenas 309 dos 8059 estabelecimentos ocupavam mais do que 12 operários (cerca de 3,5%). (3).

Portanto, no que tange às variáveis: valor e volume de produção, força motriz e n° de operários empregados por unidade produtora, pode-se concluir que

a indústria rio-grandense permanecia organizada nos moldes de pequena empresa, com poucas possibilidades de concorrer com centros industriais mais desenvolvidos, principalmente com São Paulo.

O Capital Investido nas Indústrias Gaúchas

Na análise do tamanho e estrutura da unidade industrial do Rio Grande do Sul, torna-se necessário analisar separadamente a variável capital. Sabe-se que sua importância é decisiva porque dela depende o nível de desenvolvimento dos demais fatores da estrutura das indústrias. Ao mesmo tempo, por ocasião da Revolução de 1930, não se pode esquecer que esta variável já podia ser isoladamente um demonstrativo do crescimento e das possibilidades de desenvolvimento do setor. Isto ocorria porque, por esta época, a origem do capital industrial e da sua reprodução iniciava a se dar dentro do próprio setor secundário, deixando de manter vínculos de dependência com outros setores da economia, como o comercial.

Considerando este fato, deve-se destacar ainda, a interrelação que começava a existir entre os diversos elementos da estrutura industrial e a sua importância para definir o nível e as possibilidades de desenvolvimento do setor. Assim, mais importante que saber qual a origem do capital desta ou daquela empresa, torna-se necessário detectar qual o seu nível de produtividade e qual o valor comercial da sua produção, que poderiam retornar em forma de capital investido.

Na análise individual da variável capital, pretende-se, portanto, apontar outras razões, além das que se relacionam aos elementos de estrutura industrial, explicativas do menor volume de capitais investidos e da conseqüente menor capacidade produtiva das empresas industriais rio-grandenses.

São elas:

- a) – A situação periférica da economia gaúcha, vinculada preferentemente aos mercados nacionais, deu origem à diminuição das potencialidades do setor no que tange às possibilidades de desenvolvimento. A divisão regional do trabalho, imposta pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil durante a República Velha, fazia com que houvesse uma concentração de recursos e de infra-estrutura nas áreas centrais da economia brasileira, bem como as decisões, a nível político e econômico, denotassem uma supremacia dos interesses paulistas sobre os dos demais Estados da Federação.

A partir desta perspectiva que se pode compreender o setor industrial paulista melhor dotado de potencial energético, de matérias primas, de vias de escoamento de produção etc... Por isso é que ele se hipertrofiou em detrimento da diminuição do ritmo de crescimento industrial de outros centros. A indústria paulista já nasceu com condições de desenvolvimento capazes de fazer com que o fiel da balança dependesse decisivamente para seu lado.

- b) – O tamanho do mercado regional gaúcho não cresceu nas mesmas propor-

ções que o de outros Estados, principalmente como o de São Paulo.

Um dos aspectos que permite avaliar as condições de consumo do mercado e a sua conseqüente atuação como via de reprodução de capital está na análise do crescimento da população. Outros aspectos como nível de renda da população e salários também devem ser considerados, apesar de haver poucas referências sobre eles.

Sobre o papel desempenhado pelo tamanho do mercado como fator de incremento ao desenvolvimento industrial de São Paulo, a bibliografia existente já referiu a vantagem deste Estado sobre os demais, na luta concorrencial pelo predomínio industrial brasileiro. (4).

Desde os inícios do século, a população do Rio Grande do Sul não chegava a atingir a metade da paulista, sendo que, em 1930, a diferença ainda aumentara mais. Além disso não se pode esquecer a proximidade de São Paulo a outros Estados populosos. Comparando os números, pode-se confirmar o que foi dito: em 1930, a população calculada para o Rio Grande do Sul era de 2.737.600 habitantes, enquanto que a de São Paulo era de 5.882.554 habitantes, a do Rio de Janeiro de 1.870.253 habitantes, a do Distrito Federal de 1.505.595 habitantes e a de Minas Gerais de 6.025.699 habitantes. (5).

c) — A organização básica das empresas se calcava na empresa do tipo familiar ou de poucos sócios.

Aproveitando os dados do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, em 1936, verifica-se que por volta de 1930, o Rio Grande do Sul apresentava a seguinte relação entre o modo de organização do capital das suas empresas constituídas: 11.880:00 \$ do capital investido correspondia a sociedades anônimas e 15.827:502\$, a outros modos de organização, como Cia, Irmãos etc...

O mesmo, entretanto, não ocorria com São Paulo, que possuía o maior número de capital investido em sociedades anônimas, forma de organização industrial capaz de concentrar maior volume de capital. Assim, em São Paulo, havia 104.478:000\$ de capital investido em sociedades anônimas, enquanto que, em outras modalidades de sociedades, apenas 19.306:565\$.

d) — O capital investido nas indústrias teve sua origem predominantemente nos setores agrícolas coloniais e comerciais que se ligavam ao mercado interno brasileiro ou mesmo ao regional.

Para comprovação desse aspecto é necessário considerar:

— alguns dos principais produtos da indústria riograndense eram produzidos na zona colonial: vinho, calçados e fumo;

— a importância crescente de Porto Alegre como centro industrial do Estado e a sua forte vinculação com as zonas de colonização alemã e italiana.

Finalizando, pode-se concluir que o setor industrial gaúcho, nos inícios dos

anos 30, encontrava sérias dificuldades para se desenvolver principalmente porque a estrutura das suas empresas se apresentava em defasagem se comparada com a de outros centros industriais brasileiros.

A menor produtividade das indústrias gaúchas, retirada da insuficiência de capitais e de força motriz era responsável por uma produção que tinha cada vez menores condições de concorrer, no mercado brasileiro ou rio-grandense, em termos de volume e de preço.

Perguntando-se pela origem dessa fraqueza estrutural da indústria rio-grandense, encontra-se como responsável primeiro o fato do Rio Grande do Sul ter ocupado um lugar periférico numa economia já periférica do sistema capitalista.

A divisão regional do trabalho delimitou o desenvolvimento da estrutura industrial brasileira e também da gaúcha.

A partir dela, o Estado gaúcho teve diminuídas as suas possibilidades de acumular capitais, de importar tecnologia e de utilizar uma infra-estrutura energética e de transportes capaz de acelerar e não enterrar o seu ritmo de crescimento industrial. Além disso, o conjunto de decisões políticas, expressando os interesses do centro hegemônico nacional, impunha cada vez mais o entrave da modernização e desenvolvimento da estrutura da indústria rio-grandense. Portanto, é partindo da avaliação do nível de desenvolvimento alcançado pelo setor industrial no Rio Grande do Sul que se pode compreender também, a obtenção de resultados distintos pela nova política econômica implantada após o processo revolucionário de 30. Isto se torna mais evidente, se se comparar o nível de industrialização alcançado por diferentes Estados de Federação, como, por exemplo, o do Rio Grande do Sul com o de São Paulo, após este evento.

e) — Não havia vínculos diretos entre o capital investido no principal produto da economia gaúcha — a pecuária — e o da indústria.

— Os produtores da zona da campanha não se articulavam com os setores produtivos urbanos, já que o beneficiamento do seu produto de exportação era feito ainda de forma rudimentar nas charqueadas, não exigindo tecnologia mais avançada ou a formação de um complexo industrial que servisse à exportação desses produtos. Quando da produção de carnes congeladas, essa já se deu através da instalação de frigoríficos estrangeiros, que menos ainda se articulavam à indústria local. Entretanto, o mesmo não se dava com a produção cafeeira de São Paulo que fomentava melhorias tecnológicas e o desenvolvimento do ramo têxtil, dentre outros, a fim de produzir sacos apropriados ao condicionamento do grão.

Sobre isso, fontes da época publicaram:

«NOTAS ECONÔMICAS

O Congresso do Estado de São Paulo votou, no fim do ano passado, três decretos legislativos importantes, no prosseguimento de seu empenho de promover melhoramentos agrícolas e pecuários.

São eles:

O de 12 de dezembro, autorizando o governo a conceder prêmios aos fabricantes de máquinas e instrumentos agrícolas, que melhor satisfizerem as exigências da lavoura cafeeira.

Um prêmio em dinheiro nacional equivalente a 8.000 dólares, para o melhor a limpar os cafezais de todas as ervas daninhas.

Outro, também em dinheiro nacional, equivalente a 6.000 dólares, para o melhor instrumento ou conjunto deles, em condições de tornar dispensável o braço humano para o serviço do preparo do chão para a colheita.

Tomando-se os anos que seguem a primeira guerra mundial, verifica-se que a supremacia industrial de Porto Alegre aumentou em relação aos outros centros industriais do Estado. Assim, enquanto era responsável por 40% do total de produção metalúrgica do Estado, 28% da de fumo e 27% da de móveis, a sua produção de tecidos aumentava consideravelmente devido ao crescimento das indústrias Renner nesse período. Dados que podem ser analisados observando-se o Anuário Estatístico do Rio Grande dos anos 1925, 1926 e 1927.

A cidade de Rio Grande, por sua vez, continuava com a produção preferentemente voltada para os mercados do centro do País. Além disso, como decorrência das dificuldades enfrentadas para manter as suas exportações, as suas fábricas de fiação e tecelagem, passavam por um período de estagnação, não alterando o capital investido nas empresas, nem o número de operários nelas empregados. Dessa maneira, também no ramo têxtil, Rio Grande ia deixando sua liderança ser afetada.

— O grande número de indústrias de origem alemã ou italiana no Estado. Segundo Joseph Love, em 1915, «as firmas industriais com sobrenomes alemães somavam quase o mesmo número daqueles de nove portugueses e os italianos tinham uma importância de aproximadamente um quarto em relação aos outros dois». (6).

— Alguns dos principais industriais da época foram inicialmente comerciantes que atuavam na zona colonial ou em casas de varejo que tinham vínculos estreitos com a mesma. Dentre eles, se destacam:

- A. J. Renner — Indústria A. J. Renner & Cia.
- Cel. Manoel Py — Fiação e Tecidos Porto-Alegrense.
- Pedro Chaves Barcellos — Lanifício São Pedro (na época, Chaves e Irmão & Cia).
- Major Alberto Bins — Firma Berta & Cia.

Outro, finalmente, equivalente a 4.000 dólares, para o melhor ventilador que, funcionando junto do local das colheitas, possa expurgá-las de todosos corpos estranhos, tais como: folhas, paus, torrões e pedras» (7).

«O emprego da sacaria de algodão em substituição à de Juta.

«Desde que a nossa indústria de tecidos de algodão crie tipos de tecidos que ofereçam a resistência para eles serem feitos sacos que suportem as quantidades adotadas pelo comércio de café, feijão, cereais e outros gêneros e que esses sacos sejam vendidos a preços razoáveis, a sacaria de algodão é sob todos os aspectos superior à de juta» (8).

— Em relação à lã, importante matéria-prima produzida na zona pecuária e utilizada pela indústria têxtil, é necessário referir dois aspectos. Primeiro, que a produção de lã do Estado durante o período analisado, apresentou índices de crescimento muito baixos, segundo, que 50%

do total da produção era exportada das indústrias do Estado de absorver toda a matéria-prima produzida.

Sobre estes dois aspectos, o imposto de exportação cobrado sobre a lã guarda íntima relação. Se por um lado ele dificultou o aumento qualitativo e quantitativo do rebanho de ovinos do Estado, por outro lado parece ter feito com que, pelo menos no que tange à produção de tecidos de lã e derivados, o Rio Grande do Sul encontrasse condições de competir com similares de outros Estados, tanto fora como dentro do Estado.

A lã, entretanto, ocupou um lugar bem menos importante que o algodão como matéria-prima para o principal ramo da indústria nacional. Isto se deve em muito às condições do clima brasileiro e às variadas utilidades dos têxteis de algodão, que fazem com que o consumo de tecidos de lã, no Brasil, seja menor do que o de algodão.

NOTAS

Professora do Departamento de História — UFRGS.
Mestre em História pela PUCRS.

1. FONTE: Anuário Estatístico de 1936. RJ, Dep. Est. 1936.
2. ANUÁRIO, op. cit. nota 1
3. ANUÁRIO, op. cit. nota 1
4. Ramos, José Hugo & OSÓRIO, Ivan. **A Industrialização Posta à Prova** — Convênio MEC/UFRGS, Porto Alegre, 1969, p. 38.
SINGER, Paulo. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**.
5. FONTE: Anuário Estatístico, 1936, RJ — Departamento de Estatística.
6. LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 139.
7. Revista do Centro Econômico. Porto Alegre, jan./fev., 1907, ano I, n°s. 4-5 Tipografia da Livraria do Globo.
8. Revista do Comércio e Indústria. Publicação mensal da Associação Comercial de São Paulo, junho de 1919, ano V n° 54, p. 169 e 171.

BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul — Porto Alegre. Globo, 1924 a 1925.
ANUÁRIO Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, Dep. Est. 1936.
ANUÁRIO Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, Dep. Est. 1929.
LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975.
RAMOS, José Hugo à Prova — Convênio MEC/UFRGS, Porto Alegre, 1969.
REVISTA do Centro Econômico. Porto Alegre, Globo, 1907.
REVISTA do Comércio e Indústria. São Paulo. Associação Comercial de São Paulo, 1919.
SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.